



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Semioses difusas do jornalismo: diálogos possíveis¹

Ronaldo Henn (Unisinos)

Resumo

Esse trabalho parte do pressuposto de que as coberturas jornalísticas organizam-se através de fluxos de semioses complexas e apontam para questões que estão no cerne das teorias comunicativas. O jornalismo, como forma de conhecimento, atribuí-se uma competência epistemológica que acena para desdobramentos ao mesmo tempo afinados e controversos com as confabulações epistemológicas contemporâneas. Propõe-se algumas possibilidades de diálogo tendo como ponto de partida a natureza semiótica do jornalismo que, através da notícia, desdobra-se em interpretantes múltiplos que articulam o próprio cotidiano. Trata-se de uma atividade de contínua tradução e recriação dos acontecimentos do mundo em toda a extensão da ambigüidade que esses termos possuem.

¹ Trabalho apresentado no NP15 – Núcleo de Pesquisa Semiótica da Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Além dos desdobramentos sistêmicos e semióticos que caracterizam os processos jornalísticos, os fluxos noticiosos também trazem no seu horizonte colorações de cunho teórico-epistemológico que se alternam em matizes de duas substâncias. Na primeira delas engendram-se as vertentes teóricas que animam os estudos sobre os *mass media* e fora dos quais fica impossível pensar os problemas que envolvem o jornalismo. Na segunda, alinhava-se toda uma construção decorrente do fato da prática jornalística pressupor o domínio de saberes que se incidem sobre a realidade cotidiana. Proponho, nesse trabalho, alinhar essas questões e seus possíveis diálogos com a semiótica que, defende-se, tem lugar privilegiado nesta cena.

Conforme Armand e Michèle Mattelart (1999: 9), a história das teorias da comunicação “é a história das separações e das diversas tentativas de articular ou não os termos do que freqüentemente surgiu sob forma de dicotomias e oposições binárias, mais do que de níveis de análises”. Em função disso, os autores constatam que “invariavelmente, em contextos históricos diversos, sob formulações variadas, essas tensões e antagonismos, fontes de exclusão, não deixaram de se manifestar, dividindo escolas, correntes e tendências”.

Mauro Wolf (1987: 9) reitera que os meios de comunicação formam uma realidade composta por muitos aspectos que constituem, simultaneamente, um importantíssimo setor industrial, um universo simbólico objeto de um consumo maciço, um investimento tecnológico em contínua expansão, uma experiência individual cotidiana, um terreno de confronto político, um sistema de intervenção cultural e de agregação cultural, entre outros. Tal diversidade reflete-se nas abordagens que se desenvolveram para estudar um objeto que muda intensamente de forma. “Daí resultou um conjunto de conhecimentos, métodos e pontos de vista tão heterogêneos e discordantes que tornam não só difícil mas porventura também insensata qualquer tentativa para se conseguir uma síntese satisfatória e exaustiva”.

Essa diversidade tensa recobre a comunicação como um campo de investigação extremamente volátil e com sabor daquilo que já se chamou de pós-moderno. Campo esse cuja textura evidencia a olhos vistos, tanto para o bem quanto para o mal, as perturbações paradigmáticas que agitam as ciências sociais na contemporaneidade. Para bem no sentido de que a comunicação, em função dessa consistência, é um terreno pródigo para descobertas e



reflexões instigantes. Para o mal porque, da mesma forma, abre seus flancos para a confusão e construções extremamente dúbias, o que não deixa de tornar o desafio mais interessante ainda. Tal heterogeneidade desemboca em alguns becos cujas bifurcações ainda não apresentam saídas muito claras. É o caso de uma tendência de estudos em comunicação que se verifica na América do Norte que se divide em duas perspectivas. A primeira, mais à direita, reitera a tradição funcionalista, incrementada com conceitos administrativos e organizacionais contemporâneos que colocam a comunicação como ferramenta da mais alta importância nessa cosmologia neoliberal². A segunda, mais à esquerda, exhibe preocupações étnicas e multiculturalistas colocando em foco a recepção e ação das minorias tanto no mainstream da mídia quanto nas produções alternativas. Por outro lado, a partir da década de 1980, começam ganhar força as pesquisas latino-americanas também centradas em questões de recepção e reconfigurações culturais. Elas têm nos trabalhos de Jesús-Martin Barbero (1987) e Nertor Canclini (1989) seus principais expoentes. No meio disso, pululam artigos cujos focos de interesses vislumbram a comunicação *on line* proporcionada pelas redes de computadores.

Entretanto, questões centrais que já se incorporaram à tradição das pesquisas em comunicação se sobrepõem e delineiam temas que ainda estão muito longe de se esgotarem. São eles: a verdadeira estatura científica da comunicação, a inter ou multidisciplinariedade possível, a relação dos meios com a realidade e mais os processos de espetacularização, simulação ou construção da realidade através dos *mass media*.

O jornalismo está, nesse sentido, completamente absorto por essas confabulações. Encontra-se como que na linha de frente dos problemas comunicativos mais agudos justamente pelos seus vínculos tão definitivos com a realidade cotidiana. Isso porque o jornalismo funciona como um complexo sógnico conectado a objetos dinâmicos, no sentido dado pela Teoria dos Signos de Peirce, que já se comportam na forma de semioses.

CONSTRUÇÃO DO TEMÁRIO

² Um exemplo dessa tendência é artigo “*Communication, Organization and Crisis*” (Seeger, Sellnow e Ulmer, 1998) em cujo quadro a comunicação desponta cada vez mais reconhecida como processo importante nas crises organizacionais e nas crises de gerência em qualquer instância social. Os autores sustentam-se na teoria dos jogos e na teoria do caos.



Em perspectiva próxima, M. R. Alsina (1989: 27) classifica a comunicação de massas – e a notícia em particular – como uma realidade complexa, diversa e móvel. “ Nos encontramos diante de uma realidade poliédrica da qual só nos damos conta de alguns dos seus ramos”. Diagnostica como fator preponderante que subjaz à questão proposta, as concepções de realidade social. O autor arquiteta o seguinte enigma: “Em princípio, poderia estabelecer uma clara divisão entre a concepção da realidade social como coisa ontologicamente dada e exterior a subjetividade, da realidade social como o resultado de ações sociais intersubjetivas” (Alsina, 1989: 29-30).

Esse constructo traz embutido duas vertentes na concepção da relação entre jornalismo e realidade. Uma delas inclina-se para a idéia de que os mass media manipulam e distorcem a realidade objetiva. A outra, entende os meios como produtores de simulacros da realidade. Alsina (1989) inclina-se por um caminho intermediário em que tanto os meios como a realidade são processos em construção.

Também nessa hipótese intermediária, há bifurcações. Em uma delas, os mass media são o que de fato criam a realidade social. “Os acontecimentos são conhecidos graças aos meios e se constróem por sua atividade discursiva. Em nossa sociedade, são os meios que produzem a realidade social. Dessa forma, o processo de construção da realidade dependeria inteiramente da prática produtiva do jornalismo” (Alsina, 1989: 30). Em outra, a noção de construção social da realidade não está unicamente atada à prática jornalística. Tal noção é decorrente da hipótese formulada por Berger e Luckmann (1991), para quem essa construção situa-se no nível da vida cotidiana.

Segundo Alsina (1989: 30), há um processo de institucionalização das práticas das relações. Tratar-se-ia de um processo socialmente determinado e intersubjetivamente construído. “Isso nos leva a caracterizar a atividade jornalística como uma relação socialmente legitimada para produzir construções de realidade publicamente relevantes”. Os jornalistas, nesse sentido, possuiriam uma senha socialmente legitimada e institucionalizada para construir a realidade social como realidade pública e socialmente importante. Tais competências se realizariam no interior de aparatos produtivos especializados: os mass media.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

O autor enfatiza que esse modelo pode cair na falácia de considerar os mass media como os construtores da realidade sem que se tenha em conta a interação da audiência. “Por isso deve ficar bem claro que a construção social da realidade pelos mass media é um processo de produção, circulação e reconhecimento. Processos em que a atividade jornalística é uma manifestação socialmente reconhecida e compartilhada. Incluída historicamente, tem-se produzido variações na produção jornalísticas que o consumidor vem conhecendo” (Alsina, 1989: 31).

A partir da reformulação do enunciado *a comunicação como processo de dominação* para *a dominação como processo de comunicação*, Martín-Barbero (1999) introduz a categoria dos *dominados* como cúmplices do processo. Para ele se o produto ou a pauta do consumo formam o ponto de chegada do processo de produção, são também o ponto de partida de outros processos de produção silenciosos e dispersos, ocultos em seus usos.

De acordo com a perspectiva semiótica adotada nesse trabalho, a visão de que parte da realidade social, pelo menos aquilo que se conhece como realidade pública, estabelece-se por uma interação entre meios de comunicação e audiência torna-se adequada. Já que a notícia comporta-se como semiose que se desdobra em interpretantes múltiplos e como a interação com a realidade configura-se através de signos, a probabilidade do mundo cotidiano ser, em larga medida, acionado ou estabelecido pelo jornalismo, transforma-se em hipótese tentadora. Nesse sentido, pode-se pensar o jornalismo como uma espécie de “semiótica do cotidiano”, no sentido de ser uma atividade de contínua tradução e recriação dos acontecimentos do mundo em toda a extensão da ambigüidade que esses termos possuem.

Análise dos fluxos das coberturas jornalísticas revela uma tendência dos jornais estabelecerem os limites da ocorrência e sua relevância dentro de todo o complexo sistema de codificações. Entretanto, esse mecanismo não é apenas obra da onipotência dos jornalistas pois, as fontes detém uma força impulsionadora determinante ao mesmo tempo em que a demanda da audiência, em alguma medida, direciona uma cobertura e suas escolhas.

No fundo, essa questão encobre o velho dilema que habita o coração das teorias comunicativas que se poderia resumir da seguinte forma: como se dá o embate de forças no processo comunicativo? Até que ponto o polo emissor é todo poderoso, em que medida o polo



receptor pode, de fato, exercer algum poder na dinâmica e qual o papel desempenhando pelo contexto nesse jogo?.

A teoria da construção do temário, ou *agenda-setting* (McCombs; Shaw, 1972), tornou-se, nesse panorama, em uma das linhas de abordagem comunicativa mais influentes desde a década de 1970. Ela nasce dentro das pesquisas em comunicação de massa que se orientam pelos “estudos de longo prazo” (Wolf, 1987: 123-156). Esses estudos, no seu conjunto, que a influência da mídia não é unilateral, mas deriva da maneira como o destinatário a elabora a partir do ambiente em que recebe a mensagem e do contexto em geral. Nesse sentido, tende-se a realçar o caráter processual da relação meios/receptores.

Para a *agenda-setting*, as pessoas elaboram seus conhecimentos sobre o mundo a partir daquilo que a mídia inclui ou exclui do seu próprio conteúdo. Ao mesmo tempo, a capacidade de influência dos *mass media* sobre o conhecimento daquilo que é importante e relevante varia segundo os temas tratados. Em outros termos, os *mass media* podem não influenciar os receptores ao ponto de determinarem aquilo que devem fazer mas, com certeza, estabelecem os temas com os quais a sociedade envolve-se e pensa durante algum período de tempo³.

Alsina (1989: 68-69) reforça que, depois da maximização dos efeitos dos *mass media*, em uma primeira etapa, passou-se à minimização. Depois da onipotência do emissor, passou-se a prepotência do receptor e da relação interpessoal. Em função disso, para o autor, a teoria da construção do temário equaciona o problema da distribuição de poderes. “Como o temário dos meios tem como efeito o estabelecimento do temário do público, essa teoria não afirma que os meios são a única influência recebida. Os *mass media* tem o poder de transmitir seu temário e os receptores de criar seu próprio”.

JORNALISMO E CONHECIMENTO

Independente da ênfase que se dá aos pontos do processo, parece inegável que os meios de comunicação direcionam o jogo com enorme vantagem e se arvoram, sempre que podem, ao direito de darem as cartas. Nesse pressuposto, o jornalista se imbuí de uma

³ Wolf (1987: 124) percebe avanços significativos nesse tipo de abordagem pelo fato delas trabalharem com a noção de efeitos cumulativos, sedimentados no tempo: “A duração do espaço e de tempo em que eses efeitos se tornam perceptíveis, e são de qualquer forma mensuráveis, é, portanto, bastante ampla. Evidencia-se a interação e a interdependência permanentes de fatores que entram em jogo no processo de influência, e este aspecto, na minha opinião, institui a via interdisciplinar que tal atitude insinua”.



competência ímpar e oferece os problemas epistemológicos mencionados acima. Alsina formula a questão nesses termos: “Aos jornalistas se atribuem a competência de reconhecer os acontecimento e temas importantes e atribui-los um sentido. Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas e coletivas que vão se formando pela implantação do uso social dos meios de comunicação como transmissores de realidade social de importância pública”.

Deve-se, entretanto, interpretar essa competência em uma perspectiva histórica. Está se falando de uma imprensa que ainda conserva os ecos dos primórdios da hegemonia do capitalismo liberal e todo o ideário que o cerca. Cabe lembrar que o surgimento da imprensa capitalista está intimamente ligado aos dois eventos fundamentais que mudaram a face do mundo entre os séculos XVIII e XIX: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. É no cenário dessa dupla revolução (Habsbawn, 1981), que o jornalismo começa a se instalar e obliquamente cruzar os diversos conflitos em vogas, inclusive os de cunho epistemológico de que se ocupa essa parte do trabalho⁴.

Esse jornalismo, que vai catalogar a notícia como um bem de consumo qualquer (apesar da sua singularidade), necessitava articular alguns princípios que lhe desse coerência prática. Cremilda Medina (1982) lembra que há, lado a lado, uma componente da própria evolução do jornalismo e os impulsos de ampliação do mercado da informação. As empresas que se estruturam no fim do século XIX para o XX “têm propósitos claros de deixar o jornalismo intergrupar e atingir as massas emergentes da urbanização, da alfabetização e da participação política nas sociedades republicanas em formação”. Nas mãos de uma classe que ascende ao poder e que se via as voltas com as contradições que o capitalismo exacerbava, o jornalismo vai consagrar a formulação ideológica dessa classe sustentada pela crença no progresso e na supremacia da ciência.

Em uma época em que a ciência “nunca fora tão vitoriosa e o conhecimento tão difundido” (Hobsbawn, 1981: 322), é nela que o jornalismo procura buscar sua pertinência pragmática. No pressuposto de que poderia ser científico, objetivo e imparcial, e ainda contribuir para o desencadeamento do progresso ordenado, o jornalismo livra-se, até mesmo, de ser perturbado por inferências éticas.



Obviamente que o jornalismo não ficou tão bem confortável nas amarras da objetividade científica até mesmo por que ela mesma, no decorrer do século XX, enfrentou alguns abalos. Ao se dizer informativo, com a função de narrar as ocorrências da sociedade quase que como um espelho, imparcial e frio, a linguagem jornalística, por mais que sujeita a manipulações de qualquer ordem, não consegue ficar imune às contradições que a sociedade expressa. Dessa forma, o jornalismo moderno, mesmo afirmando-se como um conhecimento positivo, encobre as indagações mais alvissareiras que alimentam as mentes de quem se debruça sobre seus problemas.

Cremilda Medina (1994: 177) enfatiza que a relação do jornalismo com a ciência transitou por dois universos: “à medida em que a ciência se consagrava em várias especializações e se ressentia da falta de contato com a sociedade externa à comunidade científica, demandava um projeto de difusão. Por outro lado, à medida em que o jornalismo se estruturava como fenômeno da sociedade urbana e industrial, demandava sua própria especialização científica”. São trajetórias que confluem no final do século XIX e, conforme destaca a autora, os paradigmas que regem a especialização e a difusão científica são os mesmo que regem a constituição das disciplinas da ciência e dos corpus do saber jornalístico”.

Nesse texto, Medina estava preocupada, prioritariamente, com o chamado jornalismo de divulgação científica. Entretanto, suas considerações ampliam-se para a prática jornalística de uma maneira geral. Pois, ao mesmo tempo em que a ciência investiga fenômenos, interpreta-os e proporciona quadros de referenciais para se entender o mundo, o jornalismo tenta, diante da avalanche de acontecimentos, criar uma hierarquia e indicadores para que possamos nos movimentar no cotidiano. E tanto a ciência, como o jornalismo, navegam, por hora, na protuberância da crise.

A presunção do jornalismo como forma de conhecimento que se encarna na apreensão e tradução da novidade efetivamente necessita de limites. Segundo Eduardo Meditsch (1998: 33) a revelação da novidade é um dado estrutural da retórica do jornalismo, “a conclusão que conduz sua argumentação”. O autor também faz essa importante distinção: “A forma com que chega a esta novidade também é diferente daquela utilizada pela ciência. Enquanto a ciência,

⁴ Tratou-se especificamente desse tema no artigo “Jornalismo Moderno, contradições de um certo saber” (Henn,



abstraindo um aspecto de diferentes fatos, procura estabelecer as leis que regem as relações entre eles, o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências”.

Por outro lado, o modelo único para o processamento das ocorrências e a crença na objetividade de base positivista, assim como a esperança de que o jornalismo poderia servir na busca de um mundo melhor, transformaram-se em premissas insustentáveis. Além disso o jornalismo, na sua feição moderna, já incorporava, como se mencionou, comportamentos típicos da contemporaneidade, tais como um sentimento de urgência e necessidade de coisas convencionalizadas como novidades.

Cremilda Medina (1996: 11) também problematiza as competências do jornalista no sentido de que o profissional da informação não se detém na essência humana da cosmovisão. Segundo ela, para além da estreiteza do repertório, a relação com o mundo, a relação com o outro – específico da profissão – carecem de profundidade. E afirma: “Se quisermos efetivamente mudar nossos comportamentos – por mais técnicos que eles sejam – teremos de trabalhar com uma linguagem complexa e, para isso, nosso aparato de relação na mediação deve ampliar-se urgentemente”.

Javier Morató (1988) acredita que quando se elabora uma imagem inteligente do mundo, do qual, no seu entender, fazemos parte como limite dele mesmo, não se pode excluir a história e tão pouco a atualidade. Ele classifica a história como “jornalismo de longos períodos” e a atualidade como “jornalismo de breves períodos”, ambos com a função de construir uma imagem do passado e do presente, como também compreender o mundo e a nós mesmos como integrantes dele⁵.

O autor pondera, no entanto, que o ser humano das sociedades bem dotadas de meios de comunicação consomem inúmeras mensagens mas muito provavelmente sem que desenvolva uma reflexão sobre o significado profundo desse fluxo inesgotável de textos. “Vive imerso na atualidade e todavia nem sabe o que isso supõe. Sabe o que passa, mas não

1993).



sabe o que é que passa. Conhece o que acontece mas não conhece o que é que acontece, nem repara no fato do que acontece implica porque é parte desse acontecer” (Morato, 1988: 60-61). E completa: “Se compreender significa reconhecer as conexões que existem na estrutura da realidade e perceber o particular como um caso individual do geral, o conhecimento implica, supõe-se, abstração”.

Morin (1986d: 31) faz uma instigante problematização desse tema. Num primeiro momento atribuí aos mídia a condição de melhor sistema de informação que se pode conceber. “Uma trama cerrada que cobre a superfície do globo, capta e transmite imediatamente o fato. Pesquisadores e jornalistas mergulham nos problemas que surgem no seio das sociedades. A todo o instante temos a possibilidade de ver/saber o que está acontecendo. Podemos ter, diariamente, conhecimento da história que se está realizando. O planeta terra tornou-se a laranja azul que podemos contemplar a todo o momento”.

O autor faz, porém, uma severa ressalva: “No entanto, este planeta aparece-nos envolto em nuvens. Sofremos simultaneamente de subinformação e superinformação, de escassez e excesso”. No entender de Morin, o excesso abafa a informação quando fica-se sujeito ao rebentar ininterrupto de acontecimentos sobre os quais não se pode meditar porque são imediatamente substituídos por outros. “Assim, ao invés de ver, de perceber os contornos, as arestas daquilo que os fenômenos trazem, ficamos cegos dentro de uma nuvem de informações. Se as fortes imagens de fomes, desgraças aparecem todos os dias, elas se saturam e nos saturam. Banalizam-se. Enquanto a informação da forma às coisas, a superinformação deforma” (Morin, 1986: 31).

Nesse mesmo texto, Morin (1986: 26-30) tece uma rica malha de considerações sobre os problemas de conhecimento no qual o jornalismo está diretamente envolvido. Relata cena que assistiu em um cruzamento de Paris quando viu um carro pequeno atravessar o avançar o sinal e atropelar um motociclista que atravessava tranqüilamente com o sinal verde. Imediatamente precipita-se para dar seu testemunho em favor da vítima, que se levanta com dificuldade. Mas o motorista garantia que fora o motoqueiro que avançara o sinal vermelho e

⁵ Morató (1988) propõe uma filosofia da atualidade ou uma “ antropologia filosófica da atualidade” e, entre suas hipóteses, destaca que os dados multiformes do distrito da cultura chamado de atualidade admitem uma aproximação em termos de ordem e de sistema.



batera na traseira do seu carro o que pode confirmar mostrando o pára-lama esquerdo ligeiramente amassado com o choque. O ferido, inclusive, nem chegou a desmentir a versão do motorista.

Desse fato, Morin extrai essa auspiciosa constatação: “Compreendi, então, que a minha percepção fora imediatamente organizada em função de uma aparente racionalidade. Como o pequeno fora abalroado, fora o grande que batera no pequeno. Eu tinha certeza de Ter visto bem, mas logo depois a prova material invalidou minha visão. Verifiquei, em mim mesmo, este fato tão conhecido e que eu tinha mostrado num livro antigo: o componente alucinatório da percepção”.

Tal constatação serve para relativizar um procedimento que está na essência tanto do jornalismo quanto da história e que traz embutido um problema de natureza semiótica: o testemunho das fontes. Morin argumenta que esse componente alucinatório da percepção é determinado não por um fator “irracional” (afetivo, mágico), mas por um princípio de racionalidade. Nesse sentido, “o risco da ilusão não provém somente das perturbações efetivas ou/e das estruturas mágicas/arcaicas do espírito humano: provém também da racionalidade própria de toda a operação de conhecimento”.

Essas considerações referem-se ao testemunho imediato. Há, ainda, um outro fator que o autor destaca: o tempo degrada a lembrança que fica a mercê de uma série de influências e armadilhas que podem levá-la ao mais estridente engano. “Eis-nos diante do problema de quem deseja saber o que aconteceu há um instante ou há um século”, reflete o autor que propõe a seguinte resolução: “Em ambos os casos, não basta uma investigação para colher os depoimentos, é preciso fazer uma investigação sobre os próprios depoimentos. É indispensável uma estratégia de conhecimento. E numa tal estratégia, como sabem os historiadores e policiais, nada tem valor absoluto, isoladamente, nem mesmo a mais sincera das percepções (embora ela tenha um valor de presunção muito forte, se a sinceridade tiver sido reconhecida realmente, o que necessita também uma investigação”.

Deve-se acrescentar ainda, segue Morin, o problema do falso testemunho consciente, “da mentira deliberada para esconder um fato arrasador e da fabricação do falso documento para provar a verdade da sua verdade”. Além disso, “temos tendência para ser hipercríticos em



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

relação aos testemunhos que nos desagradam porque contradizem nossa própria visão da realidade e temos tendência para ser subcríticos com tudo aquilo que concordamos”.

Como não bastasse suas próprias limitações, os jornalistas, ao dependerem do relato das fontes, estão constante e intensamente amalgamados nessas questões e muitos, sem faltar uma boa dose de arrogância, nem sequer se dão conta disso. A subserviência às fontes oficiais, bastante comum na imprensa brasileira, comprometem ainda mais esse pressuposto conhecimento que a notícia enverga.

Para Meditsch(1998: 35), um dos principais problemas do jornalismo como modo de conhecimento é a falta de transparências dos condicionantes que atuam na construção da notícia que é apresentada ao público como se fosse a realidade. “Mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la e, muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não. Neste ponto, a proliferação recente do provedor de leitores – o ombudman – é certamente um progresso, não apenas pelo que possa discutir diretamente da produção dos media, mas também por contribuir para levantar o véu que encobre os procedimentos habituais de construção da informação jornalística”.

O autor enumera outros dois pontos problemáticos do jornalismo como forma de conhecimento que localizam-se na velocidade de sua produção e na espetacularização da realidade. “Ao mesmo tempo em que a velocidade representa um limite, representa também uma vantagem em relação a outros modos de conhecimento”, entende ele com a ressalva que a velocidade não é uma característica exclusiva do jornalismo, mas da civilização em que se vive. “Por funcionar assim, necessita de informações produzidas rapidamente”.

APOTEOSE DO EFÊMERO

O signo, via Peirce, possui capacidade gerativa a partir de certas regras que vão se plasmando com o tempo e que estão conectados tanto com o nosso passado genético quanto com os processos históricos e culturais. E o tempo, em conjunto com o espaço, tem, no jornalismo, um sabor de inegável pertinência que agora se abordará sob outros enfoques.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Evidentemente que está se falando aqui de tempo e espaço como construções simbólicas e cujas percepções condicionam e são condicionadas segundo contextos culturais e técnicos (Szamosi, 1988). Aliás, dois grandes pilares das teorias comunicativas do século XX, Walter Benjamin (1980) e Marshal McLuhan (1977, 1979), cada qual a seu modo, tematizaram sobre as transformações perceptivas provocadas pelo impacto dos novos meios. E são dessas abordagens que saíram suas principais contribuições à história das teorias da comunicação.

Ao analisar a série de televisão inglesa *Max Headroom*, produzida pelo Channel Four no final da década de 1980, Setela Senra (1993: 162-172) demonstra a pertinência e atualidade das idéias que Benjamin (1980) desenvolveu no célebre “A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica”. Os filmes da série narram as peripécias de um repórter de TV que quer descobrir o envolvimento da sua emissora na produção de intervalos comerciais muito rápidos que terminam por detonar, literalmente, o cérebro dos telespectadores, além de outras falcatruas menos mórbidas. No meio da trama, acaba produzindo um clone completamente virtual que iria, depois, desempenhar a função de entrevistador de sucesso. Para enfrentar os adversários, o repórter necessita intervir num espaço e num tempo completamente permeados por instrumentos audiovisuais.

Serra enfatiza que, nessa série, todos os dispositivos que permeiam a ação do repórter fazem com que a percepção direta – “principal trunfo do jornalista” – seja absolutamente substituída pela visão das diferentes imagens colocadas à sua disposição. Ao perder um suposto contato direto com a realidade, o jornalista envolve-se num processo em que ele mesmo transforma o mundo à sua volta. “Conectado ao complexo sistema de percepção eletrônica, sua própria percepção não lhe basta mais para ler um espaço, que se tornou tão carregado de indícios, que só a velocidade instantânea das máquinas é capaz de interpretar”, comenta a autora. E argumenta: “O mundo que sedia um avanço tecnológico de tal ordem secreta, ao mesmo tempo, um complexo de informações tão variados, que a simples percepção humana não é mais capaz de elucidar”.

Para Norbert Bolz (1992: 92-98), a modernidade estruturou cada vez mais, através da tecnologia, as funções da percepção e que faz parte das experiências humanas mais



fundamentais o fato da percepção ser perpassada por aparelhos e construções. “Estas construções, pelo menos segundo Benjamin, não devem ser entendidas de tal forma que obstruam a nossa visão natural do mundo. É muito mais importante ver que estes aparelhos e construções configuram de maneira fundamental – filosoficamente eu diria a priori – a nossa percepção do mundo”.

As alterações perceptivas do espaço repercutem, sobremaneira, na percepção do tempo que se fragmenta no efêmero e no instantâneo. A notícia, mesmo na sua tradicional forma impressa, incorpora esses elementos de transformação perceptiva que tem, na necessidade da urgência, seu principal ingrediente.

Ao mesmo tempo em que resguarda o que há de essencial na sua natureza – novidade conjugada com imediaticidade – a sensação de urgência é detonadora da sua fragilidade: um conhecimento do mundo que quase que se esgota no curto período em que fica em exibição. Só não se esgota totalmente porque, na condição de signo tem, potencialmente, a condição de acionar nova cadeia semiótica, impulsionada pela força do objeto.

A ânsia pela novidade e sua rápida absorção e deterioração incorporam-se nos códigos da noticiabilidade, conforme detectou-se no fluxo do material analisado no primeiro capítulo. A realidade fragmenta-se mas agarra-se a uma unidade que o próprio sentimento de urgência e imediatismo terminam por construir. Determinados assuntos ganham tamanha notoriedade fazendo parecer que o mundo inteiro, em determinado momento, ficasse reduzido a um único tema.

Morató (1988: 216) defende a idéia de que a atualidade funciona muito mais como um código do que como conteúdo. “Inventado o código da atualidade, fica instituído o período, a periodicidade: o jornalismo uma vez ao dia, o telejornal três ou mais vezes e o informativo radiofônico a cada hora”. Acrescentar-se-ia a total imediaticidade promovido pelo noticiário on line disponível nas redes de computadores e a sensação de um tempo completamente insone que ultrapassa os limites das 24 horas.

Mesmo sem ainda ter sofrido o impacto da internet na época em que escreveu esse texto, Morató (1988: 216-217) faz uma consideração muito apropriado aos tempos atuais: “Massas sonâmbulas, que sabem que acontece mas não sabem o que é que acontece; que



conhecem a atualidade mas que não conhecem como a atualidade sucede-se; que estão informadas na medida em que são, elas mesmas, o primeiro produto da informação, constituem, em nossa opinião, o tempo breve, que é o tempo por excelência do cronista e do jornalista (...). E é a mais caprichosa, a mais enganosa das durações. Seus sistema de equivalências colocam à nossa disposição, um número considerável de notícias diárias, que possuem, cada uma delas, um tempo distinto, uma distinta duração e que, em consequência, pouco nos informam”.

David Haevey (1992: 187) lembra que os significados de tempo e espaço possuem vínculos materiais entre processos políticos, econômicos e culturais. “Embora o tempo na física seja um conceito difícil e objeto de contendas, não costumamos deixar que isso interfira no nosso sentido comum de tempo, em torno do qual organizamos rotinas diárias”, complementa. Ele defende que a transição do fordismo para a acumulação flexível desenvolveu uma aceleração do tempo no giro da produção e, conseqüentemente, uma sensação de espaço/tempo mutantes.

Para Haevey (1992: 258) a aceleração generalizada dos tempos de giro dos capitais produziu inúmeras conseqüências no que ele entende por maneiras pós-modernas de pensar, de sentir e de agir. “A primeira conseqüência importante foi acentuar a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas. (...) No domínio da produção de mercadorias, o efeito primário foi a ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade e da descartabilidade”. Pode-se fazer um reparo ao pensamento de Haevey no sentido de que ao transitar para sua feição industrial, muito antes de incrementar-se em processos pós-industriais, o jornalismo já antecipava este acento na volatilidade e na efemeridade. Reza a tradição que cerca o ideário do jornalismo que nada é mais velho do que uma notícia publicada no dia anterior e que um jornal, no dia seguinte, só teria a função de embrulho.

Esse fluxo de tempo múltiplo e tenso, que pode ser diagnosticado como “a vitória da velocidade sobre a realidade” (Senra, 1993: 163), cruza-se tanto no jornalismo como na ciência e reforça a idéia de um paradigma da crise. O jornalismo, porque escancara um espaço/tempo multifacetado através de novos suportes e, da mesma forma, delimita noções de



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

espaço e tempo na realidade social. A ciência, na medida em que oferece uma noção de espaço/tempo pautada pela incerteza. São considerações que fazem do jornalismo, em sua natureza semiótica, um campo fértil para que se pense o mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSINA, M.R. (1989), *La Construcción de la Notícia*. Barcelona: Paidós.
- BENTON, M.; FRAZIER, P.J. (1976) "The agenda-setting function of mass media at three levels of information molding". *Communication Research*
- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. (1991), *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes
- CANCLINI, N. G., (1989) *Culturas híbridas, Estratégias para entrar e salir de la modernidad*. México: Editorial Grijalbo.
- MANHEIM, J.B., (1987), "A Model of Agenda Dynamics". *Communication Yearbook*. Beverly Hills: Sage, v.10.
- MARTÍN-BARBERO, J. (1987), *De los medios as mediaciones*. Barcelona, Gustavo Gili.
- ____ (1999), "Recepción de medios y consumo cultural: travessias", in Sunkel (org.), *El Consumo Cultural en América Latina*. Bogotá: Secab.
- MATTELART, A. e M. (1999), *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Loyola
- McCOMBS, M. E., SHAW, D. L., (1972), "The agenda-setting functions of the mass media". *Public Opinion Quarterly*, n. 36.
- MEDINA, C. (1996), *Povo e Personagem*. Canoas: Ulbra
- MEDITSCH, E. (1998), "Jornalismo como Forma de Conhecimento", in *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação: Identidades Comunicacionais*. Vol. XXI, N.º 1, 25-38. São Paulo: Intercom.
- MORIN, E. (1986), *Para Sair do Século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- SEEGER, M., SELNOW, T. e UMLER, R. (1998), "Communication, Organization and Crisis". *Communication Yearbook, International Communication Association*. Sage Publications, vol. 21
- SENRA, S. (1993), "Max Headroom: o Último Jornalista", in *Imagem Máquina*, André Parente (org.). Rio de Janeiro: Editora 34, p.p. 162-172
- WOLF, M. (1987), *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Proença